

DIMENSÕES DA TRADIÇÃO JACKSONIANA NO GOVERNO TRUMP NO ORIENTE MÉDIO

DIMENSIONS OF THE JACKSONIAN TRADITION IN THE TRUMP ADMINISTRATION IN THE MIDDLE EAST*

DANILO PORFÍRIO DE CASTRO VIEIRA**
RAFAEL RODRIGUES MIRANDA***
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA, BRASIL

Resumo: O artigo tem por objetivo analisar a influência da tradição jacksoniana nas tomadas de decisões políticas de Donald J. Trump no sistema internacional, sobretudo na região do Oriente Médio. Para isso, serão apresentados em um primeiro momento características da política externa norte-americana pré e pós ataques do 11 de setembro, seguido pelas semelhanças e diferenças na abordagem dos republicanos George W. Bush e Donald Trump na relação Estados Unidos da América e Oriente Médio. Por fim, será exposto a revisitação do governo Trump aos corolários da escola política de Andrew Jackson, sob os critérios do realismo e do conceito de securitização.

Palavras-chave: Jacksonianismo. Estados Unidos da América. Oriente Médio. Partido Republicano. Realismo. securitização.

Abstract: The article aims to analyse the influence of the Jacksonian tradition in Donald J. Trump's political decision-making in the international system, especially in the Middle East region. For this, it will be presented in a first moment characteristics of US foreign policy pre and post 9/11 attacks, followed by the similarities and differences in the approach of Republicans George W. Bush and Donald Trump in the relationship between the United States of America and the Middle East. Finally, will be exposed the Trump administration's revisiting of the corollaries of Andrew Jackson's political school, under the criteria of realism and the concept of securitization.

Keywords: Jacksonianism. United States of America. Middle East. Republican Party. Realism. Securitization.

* Artigo recebido em 25/04/2021 e aprovado para publicação pelo Conselho Editorial em 10/05/2021.

** Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/3425099445789751> . E-mail: dapocavi@gmail.com

*** Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/0114054395664813>. E-mail: rafael_rodd@outlook.com

INTRODUÇÃO

Para se buscar entender a forma como os estadunidenses agem diante o sistema internacional, a tradições políticas dos Estados Unidos da América são objeto de estudo das relações internacionais. A superpotência americana desde de sua formação procurou de alguma forma manter-se como um agente essencial (*essential character*) no âmbito global, por meio dos seus avanços no desenvolvimento social ou econômico. A partir disso, é plausível aferir-se que como um “hegemon” para o sistema internacional, há uma responsabilidade dos EUA em sempre assegurar os seus preceitos políticos seculares para o mundo, bem como defender seu território e seu povo.

Crucialmente, o contexto do pós-Guerra Fria fez com que além da necessidade de se assegurar como um Estado ideologicamente importante no campo internacional, os EUA se viram na necessidade de reforçar a garantia da segurança, tanto em âmbito doméstico quanto internacional, tendo em vista os ataques terroristas ao seu território, os quais tiveram uma primeira insurgência no ano de 1993 no estado de Nova York, posteriormente seguido de um novo ataque violento quase uma década depois no mesmo território. Os ataques de 11 de 2001 que compreendem aos atos violentos ao *World Trade Center* e ao Departamento de Defesa dos Estados Unidos (Pentágono) modificaram as políticas de segurança dos EUA, de forma a redirecionar o foco da política externa para a agenda da segurança.

Para isso, os ideais políticos da tradição jacksoniana, provindas do sétimo presidente dos EUA, Andrew Jackson, são utilizados para analisar e procurar estabelecer possíveis medidas as quais foram perpetuadas pelos presidentes seguintes para tratar a segurança. Não somente está atrelada a concepção de segurança na tradição de Jackson, mas há de se falar do conjunto de ideias considerados essenciais para a administração da nação norte-americana. De forma sucinta, a escola jacksoniana tem como base um nacionalismo intrínseco bem como uma abordagem mais unilateral para com o sistema internacional, porém não descartam uma ofensiva para defender os ideais políticos dos EUA.

O governo de George W. Bush apresentou características da escola jacksoniana sobretudo a partir dos ataques de 11 de setembro, o qual passou a representar uma faceta dos EUA considerada beligerante, dessa vez utilizando de ofensivas não contra um Estado específico, mas contra um inimigo considerado difuso. De fato, os EUA nunca estiveram tão empenhados em sucumbir as ameaças aos seus ideais desde a meta em extinguir a ameaça da então União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) durante a Guerra Fria.

Os grupos terroristas majoritariamente instalados no Oriente Médio se tornaram o foco da ação dos EUA levando em conta a segurança do povo, do território e de seus princípios. Embora houvesse um foco central na contenção dos grupos terroristas, há de se falar que os EUA utilizaram desse preceito para manterem seu poderio sobre a região do Oriente Médio, financiando regimes e Estados que cooperassem de maneira a beneficiar predominantemente a nação estadunidense.

O governo Donald Trump pareceu seguir uma linha de estratégias para a política externa muito semelhante ao republicanismo da era W. Bush, sobretudo, aderiu ao jacksonianismo como fonte crucial para legitimar as ações políticas da nação norte-americana. Além disso, mesmo utilizando de premissas basilares e seculares para a construção sócio-política dos EUA, Trump, através de sua abordagem, impõe um estilo singular de gestão, conferindo uma revisitação dos preceitos trazidos com a tradição jacksoniana.

1. CARACTERÍSTICAS DA POLÍTICA EXTERNA NORTE AMERICANA PRÉ E APÓS 11 DE SETEMBRO

Os Estados Unidos da América vêm presenciando ao longo de sua história inúmeros eventos os quais provocaram diferentes mudanças em âmbito doméstico e, sobretudo no âmbito internacional. Alguns eventos provocados por medidas incisivas característicos de determinados presidentes são considerados responsáveis por não somente impulsionarem positivamente ou negativamente os EUA no sistema internacional, expondo a população estadunidense a diferentes ameaças diretas.

Na década de 1990, observou-se um enfraquecimento da ordem liberal global estabelecida pelos EUA, uma vez que a opinião pública internacional construiu a impressão que os norte-americanos se organizavam em torno de uma ordem imperial, em benefício próprio. A imposição de sanções, invasões e guerras à outras regiões, principalmente na região do Oriente Médio, fizeram com que muitas dessas atitudes não fossem legitimadas sequer pelos países considerados aliados dos EUA. Devido a esse fato, houve a preocupação dos presidentes a partir daquela época em procurarem manter o status de hegemom dos estadunidenses, sobretudo no governo de Ronald Reagan e George H. W. Bush.

Embora houvesse - e ainda haja - uma ambição intrínseca aos EUA em perpetuar uma posição de Estado influente e essencial para com o sistema internacional, a insurgência dos ataques terroristas de 1993 e de 2001 ao *World Trade Center* (Torres Gêmeas) forçaram os EUA a voltarem sua atenção excepcionalmente à agenda de segurança. Pode-se considerar,

portanto que a partir dos ataques violentos, a política externa norte-americana passou por uma profunda modificação, tornando a segurança temática primordial para seguir com o futuro da política.

1.1 A ABORDAGEM CLINTONIANA (1993-2001)

Com a eleição do presidente Bill Clinton em 1993, os EUA passam a usar novas estratégias para se manterem em posição de influência no cenário internacional, desta vez não prezando somente pela salvaguarda da democracia, mas agindo pelas vias do *soft power*, principalmente no tocante a questões voltadas entre a relação EUA e Oriente Médio. Clinton, portanto, emergiu no cenário político internacional como uma nova face para a condução da política externa norte-americana, assim, ascendeu através de uma nova abordagem para o grupo de *policymakers* pós Guerra Fria.

Na “nova ordem” da política externa norte-americana, o uso da retórica da cooperação e o apreço pelo multilateralismo presentes no governo Clinton certamente foram alguns exemplos das medidas dos EUA para se manterem influentes no sistema internacional, tendo como exemplo os interesses sobre o comércio internacional camuflados através da criação da Organização Mundial do Comércio (OMC) e o tratado de Área de Livre Comércio das Américas (ALCA).

As missões de paz realizadas ao redor do globo, sancionadas na Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), colocam em xeque a atuação norte-americana no que tange a ação multilateralista. O desprezo pela Organização das Nações Unidas quanto a resolução de conflitos coloca em voga a ação norte-americana para a resolução de conflitos pontuais, remetendo-nos novamente à um Estado que adota medidas unilaterais forjando-as através de outros preceitos, neste caso, sob determinadas organizações internacionais que tenham como quórum países do ocidente e aliados os demais à nação norte-americana.

A necessidade de estar em posição de *hegemon* para assim assegurar uma possível harmonização do cenário político internacional, a atuação em casos específicos para a solução de controvérsias ao redor do globo e a aliança conjunta com determinadas organizações internacionais são marcas da política externa norte-americana marcada ao final do século passado e os primeiros anos do século XXI. (GUIMARÃES, 2002, p. 59)

Sobre o terrorismo na era Clintoniana, é importante destacar sobre os primeiros ataques terroristas ao World Trade Center em 1993, pois o governo norte-americano passou a se preocupar com novos possíveis ataques terroristas em seu território, colocando o

terrorismo como pauta da segurança, porém ainda não tão abordada como nos anos posteriores (PECEQUILO, 2005, p. 360). Com isso, a resultante da solução para a prevenção desses ataques pode nos remeter aos primeiros indícios da “construção” do Oriente Médio como potencial inimigo e a perpetuação do processo xenófobo que a nação norte-americana passou a adotar nos anos seguintes.

1.2 A ASCENSÃO DE BUSH E AS POLÍTICAS REPUBLICANAS CONTRA O TERRORISMO (2001-2008)

Embora o alto índice de aprovação da política externa de Bill Clinton tenha trazido esperança para a reeleição dos democratas, os escândalos que rodeavam o então presidente junto às ponderações sobre o seu possível impeachment certamente contribuíram para a ascensão do partido republicano. Além disso, o distanciamento dos discursos dos democratas ao final do mandato de Clinton em relação aos interesses da população à época foram mais um dos motivos que fomentaram o distanciamento da corrida eleitoral (PECEQUILO, 2005, p. 363)

Diante deste cenário, George W. Bush foi eleito mesmo em meio a polêmica que envolvia a relação voto popular versus colégio eleitoral, explicitando a ascensão do neoconservadorismo e do discurso populista, incluindo duras críticas à administração dos governos anteriores no que tange a relação dos EUA com o sistema internacional, conferindo a presidência a Bush. É importante destacar que a abordagem republicana de Bush tinha similaridades com a abordagem democrata de Clinton no tocante às políticas externas, como por exemplo a adoção de medidas unilaterais para ratificar acordos internacionais. Já na política doméstica, era nítida a discordância dos discursos entre democratas e republicanos.

Somente a partir dos ataques terroristas ao World Trade Center em Nova York e ao Pentágono em Washington D.C. que a política externa norte-americana passou por uma profunda modificação, tendo em vista que, desde a eleição de Bush a política externa dos EUA seguia uma linha de atuação divergente, pelo menos em um primeiro momento, a do ex-presidente Clinton até a data de 11 de setembro de 2001 (VIGEVANI e OLIVEIRA, 2001). Assim, a política externa dos Estados Unidos da América passou a ter aspectos de fato cada vez mais isolacionistas e unilaterais, colocando o seu *soft power*, característico de Clinton, em segundo plano. Se antes dos ataques Bush procurou seguir uma administração divergente ao seu antecessor, depois da “barbárie”, a segurança norte-americana estava

fadada a combater os responsáveis por esses ataques de maneira abrupta e carregada de excessos, estes excessos reconhecidos até mesmo pelos aliados dos EUA.

Há de se falar que embora a abordagem unilateral seja característica principal do governo Bush, principalmente após os ataques terroristas, Clinton é quem iniciou essas tomadas de decisões sobre a política externa norte-americana de maneira iníqua, porém, como dito anteriormente, adotando ações cada mais ligadas ao *soft power*.

A ação beligerante dos EUA quanto à invasão ao Estado do Iraque, tendo como salvaguarda as aprovações para esta ação no âmbito da OTAN para tal feito é marca de uma política mais ofensiva não vista tão exacerbadamente no governo anterior. Há de se falar da probabilidade de certo ato vingativo de Bush quanto ao território iraquiano, no que tange a Guerra do Golfo que permeou o governo de seu pai, a qual embora houvesse vitória da coalizão (EUA e seus aliados), as perdas eram irreparáveis.

Portanto, é congruente afirmar que a conduta adotada durante o governo Bush após os atentados em Nova York e Washington D.C. passou de um espírito altruísta para uma ação coercitiva, justificada pela contenção do terrorismo, definindo um novo inimigo - o “Eixo do Mal”. Há uma preocupação quanto à manutenção do *status quo*, mas diferente do que aconteceu durante a Guerra Fria, o “inimigo” emerge com uma nova face, dessa vez tratado como o desconhecido e o inesperado. Assim, a guerra contra o terrorismo é o novo substituto da Guerra Fria para a política externa norte-americana (SUGAHARA, 2008, p 10).

As políticas não só de segurança, mas de âmbito geral dos EUA após 11 de setembro eram configuradas a partir do uso da força em um plano internacional cada vez mais hobbesiano-anárquico, de forma que as instituições, a segurança e a promoção da liberdade seriam fundamentalmente baseadas no poderio militar.

A guerra contra o terrorismo dividiu o sistema internacional de forma que, em um primeiro momento, houve um apoio dos aliados aos EUA na “guerra justa”, mas os excessos cometidos durante esta guerra (como cometidos em qualquer guerra armada) não se sustentavam mais nos parâmetros modernos de justiça, democracia e direitos humanos difundidos no Ocidente.

Com isso, cabe ressaltar que, desde o fim da Guerra Fria, a população norte-americana não procurou atuar de forma incisiva na política externa dos EUA, até a os ataques do 11 de setembro. A forma com que estes ataques ocorreram certamente instauraram um cenário de medo e horror naquele país e, conseqüentemente, introduziu sobre a população norte-americana um forte preconceito para com os árabes e muçulmanos, o que de certa

forma legitimaram as ações beligerantes dos EUA em relação ao Afeganistão e Iraque, sem escrúpulos.

A América foi alvo de ataques porque somos a luz que baliza a liberdade e a oportunidade no mundo. E ninguém vai impedir que essa luz continue brilhando.[...] Essa não é, no entanto, apenas uma guerra americana. E o que está em questão não é apenas a liberdade americana. Essa é uma luta da civilização. Essa é uma guerra de todos que acreditam no progresso e no pluralismo, tolerância e liberdade (BUSH, 2001).

1.3 A POLÍTICA EXTERNA DO PARTIDO DEMOCRATA NO GOVERNO OBAMA (2008-2016)

Ao fim da era Bush, houve uma enorme expectativa para saber o destino da política externa norte-americana, anteriormente caracterizada pelo cenário de medo e barbárie. Algumas das características que marcaram o governo de George W. Bush como a definição de “Eixo do Mal”, a clara fobia aos muçulmanos considerando-os terroristas e a dualidade entre “bem” e “mal” foram substituídas pelo discurso diplomático e moderado com a eleição de Barack Obama. Sem dúvidas houve um choque quando analisadas as políticas sobre a atuação dos EUA no cenário internacional comparando-as com os anos de 2008 e 2009.

Obama emergiu no cenário político internacional como figura distinta a Bush, não mais perpetuando os ideais neoconservadores do governo anterior ou, não mais perdurando tais ideais de maneira exacerbada. De fato, houve mudanças quanto a atuação dos EUA no cenário internacional analisando a política externa deste Estado, quando comparadas a década anterior e a atual, mas, os preceitos de democracia e liberdade atrelados a tradição wilsoniana são instituídos agora de forma mais ligada ao multilateralismo, conferindo similaridade ao governo de Clinton, principalmente quando abordamos a relação com o Oriente Médio e, mais especificamente, o terrorismo.(VIEIRA, 2018, p. 12).

De fato, os discursos do presidente Obama durante seu período de mandato estavam atrelados às ações da política externa norte-americana essencialmente pensadas a partir das instituições, em âmbito regional ou internacional, sobretudo no que tange às ações dos EUA na região do Oriente Médio. Havia uma postura de afastamento no que diz respeito a não interferência na soberania dos Estados daquela região, mesmo tendo uma pretensão latente. Isso ficou claro a exemplo do reordenamento da missão norte-americana no território do Iraque, quando Obama determinou a retirada das tropas naquele país em meados de 2009. Assim, a “Doutrina Obama” - conceito usado para designar a política externa naquele período - buscou o restabelecimento dos EUA no cenário internacional como uma potência

que atua pela cooperação multilateral, estigmatizando a velha e não mais adequada política externa de Bush. A busca pelo estabelecimento da paz entre partes conflitantes no Oriente Médio, a exemplo de Israel e Palestina, e o respeito ao Islã nos discursos presidenciais são alguns dos episódios notórios durante esta Doutrina (GONÇALVES, 2015, p. 55).

A globalização emerge no discurso do presidente Obama de forma corriqueira, uma vez que o então presidente defendesse que a globalização trouxesse consigo inúmeros pontos positivos tais como os avanços nos preceitos de democracia, liberdade e paz entre os Estados, nos remetendo novamente ao conceito de cooperação abordado durante este período da política externa dos EUA. Apesar de tal afirmação, Obama também reconhecia que a globalização afligia não só o território norte-americano, mas todo o cenário internacional, trazendo mazelas como a propagação do terrorismo.

Ainda que Obama prezasse por uma retórica mais pacifista em seu discurso, foi inevitável que o então presidente adotasse medidas precisas para a contenção do terrorismo, uma vez que a ameaça se fazia presente a todo momento aquela população. Assim, o terrorismo passa a ter uma agenda de maior relevância para a política externa norte-americana, tendo em vista a divulgação da Estratégia de Segurança Nacional, a qual nos remete mesmo que de forma breve, à política externa do governo Bush. O que diferiu a política externa de Obama comparada a de Bush, foram os distanciamentos de conceitos como “terrorismo transnacional” e “guerra global contra o terror”, assim, aprimorando sua estratégia, Obama foi capaz de redefinir como inimigos mais precisamente a Al-Qaeda e seus aliados.

Revisitando o modelo de implementação de democracia na região do Oriente Médio, já em 2011, com a declaração de encerramento do litígio com o Iraque, as tropas norte-americanas são finalmente retiradas daquele território, marcando uma nova fase política para o governo iraquiano e legitimando mais uma vez a posição dos EUA como baluartes da democracia. Embora a demonstração de uma atitude de recuo quanto ao território do Iraque, é importante destacar que os EUA ainda tinham domínio sobre as maiores reservas de petróleo do território iraquiano e, além disso, houve uma intensificação da presença militar no Afeganistão, sob a justificativa de que aquele país não possuía força militar suficiente para a contenção do Talibã e Al-Qaeda.

Ainda no fim de 2010, a Primavera Árabe emergiu no Oriente Médio e norte da África sob os preceitos da derrubada de governos tiranos e conseqüentemente a implementação de democracias. O posicionamento dos EUA mais uma vez é colocado em voga, de forma que desta vez Obama optou por uma não intervenção direta norte-americana

a nenhum Estado daquelas regiões, a não ser um singelo apoio aéreo à Líbia. Uma das possíveis justificativas para a não intervenção direta dos EUA neste litígio é de que o apoio norte-americano poderia acatar numa legitimidade aos grupos terroristas que também almejavam a derrubada dos governos. Assim, é cabível dizer que a Doutrina Obama atuou de modo pacifista, principalmente em casos delicados como intervenções militares descabida em regiões do Oriente Médio (VIEIRA, 2018, p. 12).

No que tange o conflito na Síria iniciado em 2011 e perdurado até a atualidade, o qual teve em seu foco inicialmente a retirada do então presidente Bashar Al-Assad e posteriormente no combate a Irmandade Muçulmana e o grupo terrorista denominado *Al-Nursa* (vertente da Al-Qaeda), os rebeldes vêm recebendo apoio norte-americano, sobretudo na promoção de bombardeios contra o Estado Islâmico (EI, ISIS, DAESH) (GONÇALVES, 2015, p. 59).

Outro ponto importante a observar durante a gestão Obama foi o acordo nuclear de 2015 estabelecido entre EUA e Irã que, por anos, estavam confinados a um conflito, e tinha como prerrogativa de diminuição do programa nuclear iraniano em troca da atenuação das sanções impostas pelo governo norte-americano.

Ainda refletindo sobre a ação unilateral dos EUA, sobretudo a força unilateral, o aumento da utilização de aviões não tripulados (drones) para realizar missões no Oriente Médio durante o governo Obama mataram não somente militantes, mas civis na região do Afeganistão e posteriormente em outras missões no Paquistão, Iêmen e Somália. O contínuo uso da força de forma hostil dos EUA durante o governo Obama estava cada vez mais distante das missões de segurança coletiva promovidas no âmbito da ONU e por conseguinte, mais distantes dos preceitos de proteção dos direitos humanos.

Portanto, Bush e Obama se assemelham no que se refere à defesa retórica da democracia e das liberdades, cada um utilizando de sua forma meios unilaterais para a contenção de ameaças as premissas basilares da política norte-americana, sobretudo às ameaças terroristas, em nome da segurança nacional e internacional.

2. OS PROJETOS POLÍTICOS REPUBLICANOS: APROXIMAÇÕES E DIVERGÊNCIAS ENTRE O GOVERNO GEORGE W. BUSH E DONALD TRUMP

Tendo ao longo de sua campanha eleitoral carregado o slogan “*America first*”, Donald Trump emergiu no campo político internacional como uma figura considerada

inesperadamente negativa, tanto para o ambiente doméstico quanto para ambiente externo da política norte-americana. A partir de então é sabido afirmar que com Trump a política externa estadunidense passou a tomar cursos cada vez mais suscetíveis a novos desafios para a segurança. Abordando novas temáticas, mas sempre recapitulando medidas tomadas por governos anteriores, serão expostas posteriormente alguns exemplos dessa dualidade entre novas e antigas políticas no governo Trump, principalmente comparadas à era republicana de W. Bush, a qual tem o foco desta análise.

A crise de 2008 também pode ser colocada como um fator ímpar para o surgimento de Trump no campo político, uma vez que os EUA presenciaram sua maior crise econômico-financeira desde 1929 e, com isso, acabou sendo potencial fator de deterioração da reputação do até então presidente Obama e do partido democrata. Se anteriormente a fala populista estava atrelada ao partido democrata, dessa vez os republicanos levaram a melhor a partir do uso desta pauta. Sob o discurso do “*make America great again*”, Trump não só abordou a crise econômica dos EUA como ponto crucial a ser resolvido para sua campanha, mas, ascendeu a necessidade da nação norte-americana de se colocar em um patamar de destaque sobre o sistema internacional.

Assim como descrito no slogan de campanha de Trump, não é novidade para os estudos sobre política norte-americana que os EUA sempre tiveram a necessidade de se colocarem como Estado essencial para o mundo, tendo em vista os conceitos basilares deste país, como a expansão da democracia para ao longo do globo, remetendo ao conceito do *Destino Manifesto*, assim como a tentativa de se assegurar como “hegemon”, conceito tido como âmago das teorias realistas das relações internacionais.

A partir disso, é possível fazermos uma ligação coerente com os conceitos basilares e a eleição de Donald Trump, tendo em vista que por um lado há a tradição norte-americana de autopromoção para o mundo, gerada muitas vezes a partir de falácias, como na construção de boa parte da região do Oriente Médio como inimigo a partir dos ataques do 11 de setembro e, por outro lado, a eleição de Trump sustentada no discurso populista, ligado diretamente à uma fala carregada de preconceitos, principalmente no que remete ao povo islâmico, o que se difere do jihadismo islâmico, o qual está pautado na formação de grupos terroristas.

Segundo Canovan (1999), Abedi (2002), Norris (2005), conforme citado por Donovan e Redlawsk (2018, p. 191), o discurso populista da direita pretende falar diretamente com o povo em oposição às elites, nesse caso, poderíamos destacar a antítese da direita em relação às elites partidárias. Além disso, segundo Ivarsflaten (2008), há de se falar

da abordagem quanto às políticas mais conservadoras e da antipatia aos imigrantes (apud Donovan e Redlawsk, 2018, p. 192). Tais características são marca do governo de Trump e de fato trazem consigo a nova ascensão do neoconservadorismo nos EUA.

Com isso, podemos afirmar que o eventual problema imigratório em que perpassa os EUA atualmente está também vinculado à ascensão do discurso ambicioso e populista de Donald Trump. A suspensão temporária da entrada de cidadãos de 8 países - sendo majoritariamente nações muçulmanas - em solo estadunidense, reafirmou as medidas opressivas para com os imigrantes.

While the full extent of such ambitious promises has yet to be accomplished, the Trump administration has set in motion a range of significant changes during its first year in office, including increasing arrests and removals of unauthorized immigrants within the U.S. interior by, among other things, expanding the priorities for immigration enforcement. During 2017, the administration also banned nationals of eight countries from entering the United States. (PIERCE e SELEE, 2017, p. 2).

Sem dúvidas, essa lista reproduzida por Trump de países não cooperantes e/ou potenciais provedores de terrorismo nos remete aos discursos de George W. Bush após os ataques do 11 de setembro de 2001. Em 2002, quando o então presidente adicionou a expressão “Eixo do Mal” à uma de suas exposições públicas, categorizando alguns países como possíveis ameaças ao território norte-americano, sobretudo possíveis ameaças ao globo, não soou tão diferente dos discursos e políticas de Trump para o tratamento quanto aos países que vão de encontro às premissas estadunidenses.

Não somente questões atribuídas ao preconceito com muçulmanos, comércio e meio ambiente se pauta as rejeições de Trump, isso porque mesmo após décadas, a pauta das armas nucleares ainda é uma agenda que aflige o sistema internacional a partir das decisões do então presidente dos EUA. Desde sua eleição, Trump veio questionando as instâncias de poder atreladas a cada grande potência no sistema internacional, trazendo à tona novas incertezas e, também, novas rejeições sobre os acordos nucleares, assim como levantou a questão da possível retirada dos EUA num acordo prevalecido com a até então União Soviética desde meados do fim da Guerra Fria (PÉCZELI, 2018, p. 242)

A ideologia por trás do governo republicano de Trump também se assemelha aos ideais republicanos de W. Bush no tocante ao tratamento para com países do Oriente Médio. Para melhor exemplificar essa abordagem, podemos citar que embora há uma clara aversão à irmandade muçulmana a partir desses dois governos republicanos, a aproximação com a

Arábia Saudita sempre foi uma relação de interesses majoritários por parte estadunidense, tendo em vista, em primeiro lugar, a afinidade ideológica saudita com os ideais norte-americanos e, em segundo lugar, as relações comerciais estabelecidas entre os dois países desde o início do século XX, as quais se intensificaram durante a Segunda Guerra Mundial e sendo revisitada durante os governos W. Bush e Trump (NETO, 2013, p. 231)

Assim, como é de conhecimento universal, o Oriente Médio domina grande parte de jazidas petrolíferas mundiais, tendo a Arábia Saudita como uma nação determinante no controle desse petróleo. Deste modo, desde que os EUA ascenderam no sistema internacional como a principal potência econômica no século XX, houve uma preocupação em manter essa relação intensificada a partir da relação comercial com a nação saudita, a qual é considerada um braço direito no fornecimento de petróleo para a nação norte-americana.

Durante o governo Bush, sobretudo quando abordou-se as invasões feitas no Oriente Médio pós 11 de setembro por parte dos EUA, houve um abalo durante a relação dos dois países tendo em vista a iminência da afiliação do governo saudita em relação aos grupos terroristas que estavam associados aos atentados violentos. Apesar disso, posteriormente o então rei saudita Abdallah reconheceu os esforços dos EUA na destruição dos grupos terroristas, legitimando a ação de Guerra ao Terror.

Já no governo de Donald Trump, quando houve o episódio de ataques as jazidas de petróleo sauditas, os Estados Unidos logo se prontificaram em descobrir e penalizar os autores, recaindo a problemática ao Irã que, historicamente, como citado, não mantém relações pacíficas. O Irã, assim como para a Arábia Saudita, é considerado uma nação inimiga para os EUA, tendo em vista as desavenças ideológicas, religiosas e políticas. Com isso, as sanções norte-americanas para com o Irã ganham maior proporção no governo de Trump a medida que acordos são desfeitos e posições políticas são apresentadas ao mundo.

Assim como citado anteriormente, as sanções impostas ao Irã através dos norte-americanos são históricas, podendo ser identificada num primeiro momento a partir da Revolução Islâmica de 1979, quando houve uma maior autoria da população em identificar políticas e costumes ocidentais os quais seriam prejudiciais para a nação iraniana. Em 2006, ainda sob o governo W. Bush, os EUA conseguiram autorizar no âmbito da ONU, através da Resolução 1696 do Conselho de Segurança, a imposição de sanções severas ao Irã tendo em vista a acusação de enriquecimento de urânio para fins bélicos. O Irã por sua vez se pronunciou na época que o enriquecimento do metal era destinado para fins de produção de energia para seu território.

Isso nos remete novamente ao uso do poder das organizações internacionais por parte dos EUA quando oportuno único e exclusivamente para a nação norte-americana. É importante frisar os interesses com base nos preceitos wilsonianos, assim como teve o intuito com a criação da ONU. Em suma, houve a perpetuação das ambições norte-americanas através de medidas hostis por grande parte dos presidentes norte-americanos, sendo importante destacar a atuação dos governos norte-americanos republicanos tendo em vista os atos radicais adotados pelos governos de W. Bush e Trump.

Como cita AHMADIAN (2018, p. 141), ao contrário de Obama, o qual esteve preocupado em trazer uma política regional balanceada, com o intuito de estabelecer e fortificar uma estabilidade regional no Oriente Médio, Trump esteve focado em apoiar os aliados tradicionais dos EUA e conter seus tradicionais rivais.

3. A TRADIÇÃO JACKSONIANA REVISITADA NO GOVERNO TRUMP

Ao longo da história política de formação e constituição dos EUA, houve uma cadeia de pensamentos trazida a partir de determinados presidentes e/ou altos agentes políticos norte-americanos, responsáveis por construir os ideais de república e democracia que são perpetuados até os dias de hoje. A partir disso, a atuação dos estadunidenses no sistema internacional passou a ser pautadas em doutrinas, correntes ou escolas as quais foram seccionadas de acordo com as características da atuação política do chefe de Estado vigente à época. Tendo isso em vista, essas doutrinas identificavam os possíveis benefícios e malefícios para a nação norte-americana frente o seu posicionamento para com as demais nações do globo.

Mead Russel (2002) aponta que as diretrizes do papel dos EUA no mundo foram dadas a partir da “moralidade e da economia” (MEAD, 2002, p. 141) e não da geopolítica. Trata-se de uma ideia apoiada pelas personalidades políticas norte-americanas que defenderam e definiram os princípios da democracia liberal norte-americana e o livre mercado como ingredientes para a melhor política externa. Estes, contudo, não se trata de movimentos intelectuais ou políticos, mas sim se referem ao conjunto de valores sociais, culturais, religiosos dos norte-americanos. Alexander Hamilton, Thomas Jefferson, Andrew Jackson e Woodrow Wilson são grandes representantes desses ideais e marcaram em grande medida a cultura de política externa estadunidense. (PRADO. 2017. p. 25).

Assim como a doutrina do Destino Manifesto trouxe consigo uma opinião pública considerada assertiva sobre as ações dos EUA frente ao cenário internacional - sendo

regional em um primeiro momento - sob o discurso do divino, o conjunto de ideias trazidas junto aos presidentes defendiam um discurso emancipacionista norte-americano, porém agora com uma visão de culto ao povo mais precisamente, e não somente à deus. Além disso, não somente visavam uma emancipação dos EUA em relação a burocracia do sistema internacional, mas a inserção deste Estado como uma peça-chave para a construção da civilização moderna.

3.1 AS ESCOLAS DE PENSAMENTO DA POLÍTICA EXTERNA NORTE-AMERICANA

Dentre as tradições mais influentes para a análise da política externa estadunidense, destaca-se a tradição hamiltoniana, proveniente das ideias desenvolvidas a partir do primeiro Secretário do Tesouro dos Estados Unidos, Alexander Hamilton (1789 - 1795). Há de se falar que Hamilton é responsável pela formação e desenvolvimento do capitalismo americano, que é considerado base também para a construção do sistema capitalista difundido mundialmente, refletindo a escola hamiltoniana partia de um princípio mais liberal da economia, prezando pela expansão norte-americana ao redor do globo provinda da difusão de empresas norte-americanas, estabelecendo o pensamento o qual defendia uma ordem internacional da livre circulação de bens e navegações e claro, tendo a garantia dos EUA como salvaguarda dessa ordem.

Hamilton defendía que Estados Unidos tenía que ser el garante de un orden internacional donde se respetase la libre circulación de bienes y la libertad de navegación. En consecuencia, los Hamiltonianos defienden un gobierno federal fuerte e implicado en el mantenimiento de un orden mundial. (GUERRERO, 2017)

Outra doutrina que ganha espaço para as discussões sobre o curso da política externa norte-americana é a doutrina provinda dos pensamentos de Thomas Jefferson (1801 - 1809). Este presidente tem destaque sobre a história da política norte-americana não somente por sua contribuição para a formação de uma doutrina que carrega consigo características específicas sobre o gerenciamento do Estado e claro, sua posição de chefe de Estado, mas por ser considerado o principal responsável pela elaboração da declaração de independência dos EUA.

Jefferson, em seu arcabouço teórico, defendeu questões como os valores e liberdades do indivíduo sobre Estado, em suma, é a emancipação do indivíduo sobre as amarras

“autoritárias” do Estado. Esses ideais dizem muito respeito ao período vivido e analisado por Jefferson, uma vez que essas ideias vão ao encontro daquilo trazido junto aos ideais do período pós iluminista e do período moderno da filosofia, sobretudo das relações do indivíduo como um ser político, podendo ser considerado valores essenciais e basilares para a construção do que conhecemos hoje como Direitos Humanos.

Além disso, é plausível abordarmos que embora o apreço de Jefferson pela análise do indivíduo (leia-se cidadão norte-americano) como ser singular, é importante se falar também que através dele é analisado o Estado como salvaguarda das liberdades individuais, garantindo a inserção desses indivíduos nas mais diferentes instâncias do Estado e, assim, assegurando a força da nação frente aos demais países do sistema internacional. Tendo isso em vista, Jefferson entendia que o governo deveria ser mínimo a fim de garantir tais liberdades individuais, fazendo com que, também, a atuação dos EUA sobre o cenário político internacional devesse ser feita por meios brandos, ou seja, não deveria difundir os valores norte-americanos provindos da democracia liberal através da força, como um Estado intervencionista, mas como um exemplo para as demais nações, pois um Estado intervencionista seria nocivo aos valores americanos.

La diferencia estriba en que los Jeffersonianos consideran que para proteger esos valores es mejor no propagarlos por la fuerza sino mediante el ejemplo. Estados Unidos no puede correr el riesgo de convertirse en un imperio, aunque sea por la noble causa de difundir la democracia liberal. Jefferson defendía un modelo en el que el gobierno es mínimo y débil, garantizando así una libertad máxima a cada individuo. Una política exterior intervencionista traería necesariamente la creación de un estado fuerte y centralizador, poniendo en riesgo los valores americanos. Es por tanto necesaria una política aislacionista, en la que Estados Unidos sirva como ejemplo de libertades y derechos civiles. (GUERRERO, 2017)

Dessa forma, Jefferson argumentava que a abordagem republicana deveria ser pautada num Estado com políticas voltadas ao âmbito doméstico, assim prezando para que a nação norte-americana adotasse medidas mais isolacionistas no que tange ao âmbito internacional. Para isso, a escola jeffersoniana acreditava que através dessas medidas políticas exemplares, os EUA naturalmente ganhariam mais espaço no cenário internacional através da fortificação dos seus próprios valores, diferentemente do imperialismo britânico vigente à época.

Jefferson primava pela preservação da República e acreditava que a liberdade vigente dentro dos EUA era resultado de um grande suporte

militar junto de projetos internacionais de larga-escala - para ele, o republicanismo combateria o imperialismo britânico. Jefferson, no concernente à política externa, defendia a minimização dos compromissos exteriores, preocupava-se mais com a política doméstica e não via como prioridade a ação transformadora dos EUA no mundo. Por essa grande preocupação com a arena doméstica, Mead (2002) trata os jeffersonianos como isolacionistas (PRADO, 2017, p. 25)

Andrew Jackson (1829 - 1837) é outro nome que tem destaque dentro das escolas de pensamento político dos EUA, tendo uma abordagem mais incisiva em relação aos EUA frente os empecilhos do sistema internacional. Andrew ganhou destaque com sua política graças à atuação frente a uma guerra com a Inglaterra por disputas de terra no território que compreende o Canadá durante o século XIX. Tendo isso em vista, Andrew pôde ser considerado o primeiro presidente populista dos Estados Unidos da América, em primeiro lugar por que houve uma maior inserção da população geral em sua eleição, a qual nos governos anteriores era determinada pelas elites e, em segundo lugar claro, pela linha de atuação bem-sucedida durante sua administração, principalmente durante a guerra contra os britânicos, a qual o legitimou como um forte nome para a política norte-americana.

Segundo Mead (2002) a importância da liderança na elaboração de política externa e a construção de um consenso popular em torno dessa política pode ser bem ilustrada pela carreira de Andrew Jackson. Jackson, considerado um herói da guerra contra a Inglaterra, foi eleito com grande apoio e envolvimento popular, inexistente em governos anteriores, já que as disputas políticas até o governo de John Quincy Adams (1825-1829) eram restritas a uma elite intelectual ou financeira (PRADO, 2017, p. 26)

Como argumenta GUERRERO (2017), Andrew prezava primordialmente pela segurança dos cidadãos e do território norte-americano bem como a proteção de sua economia. Assim, a agenda da política externa para a escola jacksoniana não está tão preocupada com a criação de uma zona de livre comércio, porém, não defendem uma política externa completamente isolacionista, uma vez que caso os interesses norte-americanos estejam em cheque, o uso da força militar é visto como necessário.

A escola jacksoniana, portanto, preza por um nacionalismo mais exacerbado, onde são defendidos valores como o bem-estar do cidadão norte-americano acima de tudo, ou seja, tendo em vista à época, as políticas eram voltadas sobretudo ao homem branco comum, característico dos privilégios assegurados pelo Estado.

Os Jacksonianos abraçariam um projeto populista e nacionalista de poder com o foco no bem-estar do cidadão branco de classe média, os quais defenderiam, acima de tudo, a dignidade e os valores do cidadão americano. Para eles, ideia de ameaça interna e externa é fundamental para legitimar governos conservadores, que estejam interessados em garantir os direitos e interesses do tradicional cidadão americano “médio”. (TOLEDO, 2017)

Assim como abordado anteriormente, a segurança aparece como fator primordial para o bem-estar dos norte-americanos na visão da escola jacksoniana e, com isso, é necessário estar atento às potenciais ameaças aos valores e a dignidade do indivíduo estadunidense. A partir disso, é plausível argumentar que a tradição jacksoniana está atrelada à visão dos teóricos do realismo clássico, uma vez que os EUA estariam destinados a coexistir num mundo com entes capazes de colocar os valores americanos sob ameaça. Esse ideal se assemelha, portanto, à ideia de coexistência em um mundo anárquico e violento, e para isso é essencial que os EUA estejam munidos de forte armamento e que sejam capazes de usá-los caso necessário, incluindo iniciar guerras preventivas, tudo em nome do bem-estar.

“O foco central de Jackson era a luta pela honra e segurança dos EUA, com forte apoio militar, que - ainda que para uso raro - poderia constranger o inimigo. Então, a base do jacksonianismo centra-se nas forças militares norte-americanas; ou seja, na ideia de que os EUA, em caso de ameaça, devem utilizar forças militares sem perder tanto tempo com diplomacia”. (PRADO, 2017, p. 27)

Por último, mas não menos importante, Wodrow Wilson, presidente entre 1913 e 1921, é considerado outro chefe de Estado que a partir de seu legado conseguiu estabelecer uma linha de pensamento sobre os estudos da política externa norte-americana. A constituição da escola wilsoniana de pensamento sobre a relação dos EUA com o sistema internacional prezava em suma pela segurança da democracia, livre câmbio, diplomacia aberta, segurança coletiva internacional, entre outros.

De certa forma, Wilson assegurava o ideal norte-americano de nação basilar para a mundo, a qual seria essencial para disseminar e garantir valores como os da democracia, não muito diferente das escolas anteriores. O diferencial na abordagem wilsoniana se dá pelo fato de que os ideais norte-americanos teriam outros direcionamentos para o mundo, disseminando valores progressistas do liberalismo e, com isso, capaz de criar uma nova ordem mundial (PRADO, 2017, p. 28).

A “nova ordem mundial” pode ser percebida quando Wilson propõe seus famosos Quatorze Pontos como uma forma de garantir a paz mundial, o que seria ideal para a tentativa

após um período conturbado como pós Primeira Guerra Mundial. De certa forma, a nova ordem foi concretizada a partir da criação da Liga das Nações, onde as propostas da escola wilsoniana foram introduzidas em escala global. Podemos destacar que a partir da criação desta organização, havia uma clara pretensão de disseminar valores considerados essenciais ao indivíduo, nos remetendo aos ideais da escola jeffersoniana, agora denominados “direitos humanos”. Assim, Wilson acreditava em uma política mais atuante sobre o sistema internacional, a qual os EUA estavam destinados a atuarem diretamente sobre as demais nações.

Com a universalização dos ideais norte-americanos wilsonianos, colocados como fundamentais para o mundo, o papel das instituições seria de garantir que tais ideais fossem garantidos para os demais regimes no mundo. Para isso, os valores capitalistas e democráticos norte-americanos deveriam ser disseminados sobretudo através da diplomacia e não de forma beligerante, utilizando do militarismo exacerbado. Portanto, há de se falar que Wilson ia de encontro às formas de governo consideradas imperialistas e colonialistas, pertinentemente tradicionais na Europa durante o mandato de Woodrow.

“Segundo Nasser (2010), o excepcionalismo americano pautava-se na ideia do sucesso dos valores liberais capitalistas norte-americanos, o que se opunha rigidamente a uma política externa nos moldes imperialistas e colonialistas europeus. Nesse ideal, os EUA seriam líderes de um sistema internacional orientado pela paz, livre comércio e autodeterminação dos povos”. (PRADO, 2017, p. 28)

Para Wilson, os Estados imperialistas e colonialistas poderiam ser considerados ameaças aos valores de democráticos liberais dos EUA e/ou dos demais países que prezassem por uma política similar.

Há de se falar que mesmo que as premissas trazidas junto a Wilson no que tange o apreço por um bem-estar se exponham de maneira a pensar holisticamente as relações entre os indivíduos e as variadas nações do globo, ou seja, pensar no bem-estar internacional, há uma clara ambição nacionalista a qual, novamente, os EUA são colocados como o ente político destinado a transformar o mundo através de seus ideais pretensiosos: “(...) the ideas that underlie this Wilsonian school are more deeply rooted in the national character and more directly related to the national interest than might appear at first glance” (MEAD, 2002, p. 134).

3.2. O JACKSONIANISMO REVISITADO NA ERA TRUMP

Na era Trump, por exemplo, a luta pela segurança frente a iminência de novos ataques provindos da região do Oriente Médio colocou os EUA novamente em uma posição de um Estado belicoso para a população árabe, uma vez que há uma necessidade do Estados Unidos da América em se colocarem como bastiões não somente da segurança doméstica mas da segurança internacional e, com isso, determinando a extinção do ISIS, mesmo que não tenha como indicar com precisão as instalações desse grupo terrorista na vasta região do Oriente Médio.

Para isso, Trump segue uma linha similar da política republicana de W. Bush, a qual é representada por certas particularidades, como a resolução de conflitos pela via militar, sobretudo com o Oriente Médio, para assim assegurar a proteção do território norte-americano.

“Os norte-americanos mudaram de postura, dentro da lógica jacksoniana, quando a sua segurança territorial foi ameaçada por atentados terroristas, respondendo ao Massacre de Orlando, junho em 2016, e, já no governo Donald Trump, ao atentado em Nova York em outubro de 2017, reivindicados pelo ISIS. Em maio de 2017, em reunião com o rei Abdullah II da Jordânia, na cidade de Washington, Donald Trump declarou que não havia outra opção que não fosse a destruição do Estado Islâmico. Em tom tipicamente messiânico Trump disse: "iremos destruir o ISIS e iremos proteger a civilização. Não temos escolha". O encontro aconteceu aproximadamente um mês após o ataque aéreo com armas químicas em cidades sírias, atribuído ao governo sírio, deixando claro que o alvo não era exclusivamente o ISIS, mas também o regime do presidente sírio Bashar al-Assad”. (VIEIRA, 2018, p. 168)

A partir desse exemplo sucinto, podemos afirmar que os governos republicanos deste século basicamente seguem aquilo proposto pelo presidente Andrew Jackson. As ações tomadas para a resolução de conflitos e contenção de potenciais ameaças ao território americano são intrínsecas ao exercício de garantia de bem-estar do cidadão norte-americano. Trump, sobretudo, ressurge com ideais isolacionistas e nacionalistas cada vez mais característicos da tradição jacksoniana, conferindo legitimidade aos discursos da escola jacksoniana a qual promove que o governo deve fazer tudo em seu poder para prover o bem-estar.

Na mesma linha de pensamento no que tange a proteção do território dos EUA na era Trump, pode-se afirmar que houve uma tentativa de aprimoramento na agenda de segurança, tendo em vista que houve uma rotatividade acelerada na mudança de assessores de Segurança Nacional. John Bolton, por exemplo, um nome que obteve notoriedade na

política externa norte-americana, uma vez que atuou como conselheiro de segurança no governo Bush filho e teve breve retorno ao cargo no governo de Trump, porém, foi coagido a renunciar ao cargo, visto que havia discordâncias na linha de pensamento entre os dois.

Bolton ficou conhecido principalmente por ter atuado junto à W. Bush na controversa missão de invasão ao Iraque em 2003, e por ser defensor de uma política externa dura para com países que já tiveram e/ou ainda mantêm alguma desavença com os norte-americanos. Com a volta ao cargo de assessor de Segurança Nacional, Bolton manteve o pensamento de uma política externa invasiva, sobretudo com a Coreia do Norte, o Irã e o Afeganistão. Embora característico dos jacksonianos defender uma política externa mais belicosa, Trump e Bolton não conseguiram manter uma convergência de ideais de segurança, uma vez que Trump prezou por uma atuação mais diplomática com esses países opositores.

Um jacksonianismo com recursos hamiltonianos (vantagens econômicas). No Jacksonianismo de Trump há o fortalecimento das relações entre EUA e Arábia Saudita. Tal relação fortalece a presença dos norte-americanos na região do Oriente Médio a qual é considerada uma região estratégica sobretudo pela ligação com o petróleo. Se por um lado há o benefício de manter um parceiro que forneça petróleo para os EUA e que legitimem o discurso jacksoniano de defesa do território estadunidense, o qual está pautado na atuação militar para a contenção do terrorismo, há também a necessidade de agir de acordo com a política-externa da Arábia Saudita em conter os possíveis inimigos regionais, fazendo com que os EUA tenham de manter bases militares para garantir os interesses sauditas (VIEIRA, 2018, p 171).

Trump seemed predisposed to see the Middle East through Saudi eyes. Energy imports and arms sales remain key elements of the US relationship with the conservative kingdom. When MBS was promoted to crown prince last June, Trump reportedly crowed: “We’ve put our man on top.” Ambitious plans to modernise the Saudi economy and diversify it away from its long dependence on oil – what MBS and consultants call ‘Vision 2030’ – offered dazzling new opportunities. (BLACK, 2018, p. 23)

Observa-se, portanto, que os EUA sempre agiram de forma a assegurar os benefícios aos seus nacionais, sobretudo tratando-se da região do Oriente Médio. Trump por sua vez, como um filho da escola jacksoniana, sempre impôs os interesses dos EUA sobre os árabes, em uma espécie de troca não equitativa, à medida que continua a oferecer a venda de armas e o apoio militar em troca da incessante necessidade de manter o crescimento dos EUA através da compra de petróleo.

Em discurso na Casa Branca, Trump afirmou que não era papel dos EUA serem a polícia do mundo, tendo tal fala relação com os últimos capítulos da guerra na Síria que já perdura anos e com a tomada de decisão em retirar as tropas americanas da região em guerra. Acontece que os EUA até então mantinham forças militares na região norte da Síria as quais tinham a ambição de aniquilar ou pelo menos conter o ISIS. Não somente atuava os EUA nessa região para conter o grupo terrorista, mas como também atuavam os Curdos da região na contenção desses inimigos violentos.

Há de se falar que as forças militares estadunidenses agiam como forma a proteger o povo Curdo principalmente das ameaças da Turquia, a qual repreende o grupo separatista instalado no território da Síria e do próprio território turco. A partir de então, Trump ordenou que apenas uma pequena parte da força militar norte-americana se mantivesse na região norte e outra na região sul a fim de garantir acessibilidade às reservas de petróleo sírio.

Seguindo os preceitos do realismo para explicar a atuação norte-americana na região do Oriente Médio, é importante destacarmos o conceito de autoajuda. É necessário que cada Estado possa contar de maneira integral com suas próprias capacidades a fim de garantir sua defesa e permanência como ator no sistema internacional. Além disso, todo e qualquer acordo de cooperação mútua na área de segurança pode ser rompido caso o Estado tenha interesse em deixá-lo (NOGUEIRA e MESSARI, 2005, p. 31).

Se há uma necessidade de manter um poderio sob o sistema internacional, é indispensável que abordemos a anarquia como conceito basilar para o realismo. A anarquia como argumentam os autores do realismo clássico não se caracteriza pelo caos instalado no ambiente internacional, mas pela ausência de um governo mundial, o que configura a coexistência entre múltiplas unidades de poder. Muito do conceito de anarquia para os realistas clássicos se dá pela conceituação de Thomas Hobbes em o “estado de natureza”, o qual, em tese, propõe que o sistema internacional, assim como o homem, esteja fadado à um ambiente de desconfiança sobre os demais Estados, além de claro garantir sua sobrevivência.

Com um mundo considerado anárquico para os realistas, é indispensável que haja a preocupação com a segurança, pois é ela que garantirá a proteção da nação, a qual está incluída os bens, os valores, a cultura e a integridade do Estado, em outras palavras, garantirá a sobrevivência do Estado-nação na anarquia internacional. Assim eram (ou são) os EUA para com o sistema internacional, sobretudo com as ameaças iminentes, como o terrorismo. Como o terrorismo no Oriente Médio, é plausível que os EUA usem de artifícios para a proteção de seu território através de ataques armados, sanções econômicas, entre outros para garantir sua sobrevivência no sistema (MORGENTHAU, 1952, p. 972)

Dessa forma, levando em consideração os preceitos abordados na teoria realista, mais especificamente sob a perspectiva de Morgenthau, Trump como presidente dos EUA assumiu as características de um Estado-nação inserido em um mundo anárquico, pensando em primeiro lugar na segurança do país, no bem-estar de seus cidadãos, bem como teve a pretensão de assegurar os Estados Unidos da América como um Estado que almeja o prestígio internacional, busca sua posição como uma espécie de agente que claramente demonstra seu poder, seja se auto afirmando como uma potência política, econômica, militar ou tecnológica ou simplesmente firmando suas capacidades intrínsecas para com o globo.

A partir dessa discussão, podemos apontar também que não somente Trump apresentou características que estão atreladas aos conceitos basilares do realismo, mas o jacksonianismo como um todo parece ter contribuído para a formação da teoria realista. Em primeiro lugar por sua ordem cronológica de apresentação de características para a definição de como atuar na política, tanto doméstica quanto externa, em segundo lugar por perpetuar as premissas básicas para a governança norte-americana, chegando até o então presidente Donald Trump. (PRADO, 2017, p. 27)

Dessa forma, a política de “Guerra ao Terror” proclamada ainda no governo de Geroge W. Bush e perpetuada no governo de Trump para tratar a questão do terrorismo e, logo, da segurança norte-americana pode ser estudada através do escopo do construtivismo, dando enfoque ao conceito de securitização.

Um exemplo que demonstra onde houve um ato de fala e conseqüentemente a identificação de uma situação onde houve a necessidade de segurança pode ser observada no discurso de Trump na Casa Branca, o qual ordenou que tropas norte-americanas se deslocassem da região mais norte da Síria, tendo em vista que muitos soldados norte-americanos já teriam morrido na região, caracterizando uma perda irreparável para os EUA. Tanto o discurso de modo “imperativo” de Trump quanto a própria ação das tropas norte-americanas de se deslocarem configuram uma gestão política refletida pela teoria da securitização (SOPELSA, 2017, p. 21).

Há uma clara securitização da imigração na gestão de Trump, porém é importante destacar que o então presidente perpetuou um sentimento islamofóbico muito bem observado durante a gestão de W. Bush. Não podemos descartar que desde o 11 de setembro 2001, os ataques terroristas ao território dos EUA têm sido reivindicados por grupos os quais de alguma forma possuem ligação com o Islã, o que não configura necessariamente uma legitimação no discurso de securitização assim como faz Trump. Como argumenta

VESTEINSSON (2017, p. 13), Trump reduziu bruscamente o acesso de pessoas da maioria dos países muçulmanos do Oriente Médio, uma vez que o então presidente enquadrava muçulmanos como terroristas. O método mais efetivo para administrar o risco, portanto, é banindo todos os muçulmanos, mesmo que estes sejam estudantes ou refugiados inseridos no território norte-americano.

Em contrapartida ao preconceito contra os islâmicos, Trump também investe sob a perspectiva da securitização na criação de meios com a finalidade de investir na segurança global, investindo inclusive na própria região do Oriente Médio, mais especificamente acentuando a relação dos EUA com os sauditas. Como observou FREIDE (2018, p. 68), Trump reconheceu que as maiores vítimas do terrorismo jihadista são o povo muçulmano e os quais vivem sob os países de soberania teocrática. Ainda segundo FREIDE, a visita de Trump a Riad em maio de 2017, onde fora anunciado pelo próprio líder americano, na presença de outros 55 líderes de países islâmicos, a criação de um Centro de Defesa (e de um Instituto Anti-extremista em Riad) com intuito de lutar contra o financiamento de grupos terroristas como Al-Qaeda, ISIS e Hezbollah concretizam a percepção do presidente norte-americano sobre a securitização do terrorismo.

Tal visita de Trump à Riad também teve como resultante o apoio do presidente norte-americano à Arábia Saudita no que tange às críticas contra o Irã, tendo em vista o suporte que o governo iraniano tem dado aos grupos terroristas da Síria e do Iêmen. Além disso, os sauditas foram apoiados pelos Emirados Árabes Unidos na acusação também do Qatar como potencial patrocinador do terrorismo apoiado por Teerã. É importante destacar que as desavenças entre Irã e Arábia Saudita não está reduzida apenas a um conflito de xiitas versus sunitas, as quais representam a maioria da população de iranianos e sauditas respectivamente.

A partir do apoio de peso dos EUA, os sauditas parecem se sentir mais encorajados a aumentar a pressão contra o Qatar. Assim, Trump em sua gestão procura por securitizar o terrorismo acima de qualquer pauta de segurança junto ao fortalecimento das trocas comerciais através da abordagem bilateral no Oriente Médio.

REFERÊNCIAS

- ABEDI, Amir. 2002. "Challenges to Established Parties: The Effects of Party System Features on the Electoral Fortunes of the Anti-Political-Establishment Parties." *European Journal of Political Research* 41: 551–583. Disponível em: https://ejpr.onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/1475-6765.t01-1-00022?casa_token=5nUNUoKHiLUAAAAA%3ANPhgN8SKgt17-fkU3 UXkuGpp6d3T0TpmOvijiyBqlCpoJ0Eo 4MFew7Ccmly4Mjti wyvgPHvk7aAJrw. Acesso em: 10 out. 2019.
- AHMADIAN, Hassan. Iran and Saudi Arabia in the Age of Trump. *Survival Global Politics and Strategy*, [S. l.], v. 60, n. 2, p. 133-150, 20 mar. 2018. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/00396338.2018.1448579> . Acesso em: 15 nov. 2019.
- BLACK, Ian. Donald Trump and the Middle East. 2018. *Political Insight*, 9(1). P. 22–25. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/2041905818764703#articleCitationDownloadContainer> . Acesso em: 10 out. de 2019.
- BUZAN, Barry. New Patterns of Global Security in the Twenty-First Century. P. 431-451. 1993. *International Affairs* (Royal Institute of International Affairs 1944). Disponível em: http://home.sogang.ac.kr/sites/jaechun/courses/Lists/b7/Attachments/10/New%20Patterns%20of%20Global%20Security%20in%20the%20TwentyFirst%20Century_Buzan.pdf> . Acesso em: 30 de out. de 2019.
- CANOVAN, Margaret. 1999. "Trust the People! Populism and the Two Faces of Democracy." *Political Studies* 47 (1): 2–16. Disponível em: https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1111/1467-9248.00184?casa_token=f2JCUdIUH68AAAAA:DsiVlt_QA2RLn8wVAJYMTk8KINGQ 9JtiQMvpkEuMjik6uLyn4kdp1i4ALVJ v-XDde8JBZvn52JdIew . Acesso em: 11 out. 2019.
- DONOVAN, Todd, & REDLAWSK, Donovan. Donald Trump and right-wing populists in comparative perspective. 2018. *Journal of Elections, Public Opinion and Parties*, 28(2), 190–207. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/17457289.2018.1441844> . Acesso em: 26 setembro 2019.
- FREIDE, Reis. A nova política de defesa dos EUA sob o controlo de Donald Trump (e o novo paradigma da prestação de serviços de defesa). *Repositório das Universidades Lusíada, Lisboa, Portugal*, p. 44-75, 2018. Disponível em: http://repositorio.ulusiada.pt/bitstream/11067/4442/1/LPIS_n16_2.pdf . Acesso em: 11 nov. 2019.
- GUERRERO, Javier Gil. Trump, un Presidente Jacksoniano. *Grupo de Estudios Estratégicos*, 11 jan. 2017. Disponível em: <http://www.gees.org/articulos/trump-un-presidente-jacksoniano> . Acesso em: 10 set. 2019.
- GUIMARÃES, Cesar. A política externa dos Estados Unidos: da primazia ao extremismo. *Estud. av.*, São Paulo , v. 16, n. 46, p. 53-67, Dec. 2002. Available from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142002000300005&lng=en&nrm=iso . Acesso em: 23 abr. 2019.

GONÇALVES, Francisco Tonial. Combate ao Terrorismo após 11/09: Uma Análise Comparativa dos Governos Bush e Obama. 2015. 74 p. ARTIGO (Bacharel) - Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, RS, 2015. Disponível em: <https://repositorio.unisc.br/jspui/bitstream/11624/994/1/Francisco.pdf> . Acesso em: 15 jul. 2019.

IVARSFLATEN, Elisabeth. “What Unites Right-Wing Populists in Western Europe? Re-Examining Grievance Mobilization Models in Seven Successful Cases.” 2008. Comparative Political Studies 41: 3–23. Disponível em: https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0010414006294168?casa_token=sXfk1ghTjvsAAAAA:W_nTgV46SonuS4EgUocVutMyBt5zy_MUIgEVdhMjiEnVMf76psE3Eqvg6RZcecA2aLCzsSmbdLfj_FA . Acesso em: 20 out. 2019.

MACIEL, Tadeu Morato. As teorias das relações internacionais pensando a cooperação. Rev. Ponto-e-Vírgula. N. 5, P. 215-229, (2009). ISSN 1982-4807. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/pontoevirgula/issue/view/954> . Acesso em: 10 out. 2019.

MEAD, Walter Russel. Special Providence: American Foreign Policy and How It Changed the World. New York and London: Routledge, 2002.

MORGENTHAU, Hans J. Another “Great Debate”: The National Interest of the United States. The American Political Science Review, vol. 46, no. 4, 1952, pp. 961–988. Disponível em: www.jstor.org/stable/1952108 . Acesso em: 14 out. 2019.

NETO, Luiz Salgado. As relações Estados Unidos-Arábia Saudita e a Questão da Palestina (1945-1948). Revista Eletrônica da ANPHLAC , v. 15, p. 225-249, 2013. Disponível em: <http://revistas.fflch.usp.br/anphlac/article/view/1433/1872> . Acesso em: 20 out. 2019.

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. Teoria das Relações Internacionais: Correntes e Debates. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

NORRIS, Pippa. 2005. Radical Right: Voters and Parties in the Electoral Market. Cambridge: Cambridge University Press. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=en&lr=&id=u1USIAim6ukC&oi=fnd&pg=PR7&ots=GBG5YatYFt&sig=lf7G9l9rtknkb8Hn_eZfcWHC2qec&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false . Acesso em: 10 out. 2019.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. Bush II: a ascensão neoconservadora ou o novo declínio? Civitas - Revista de Ciências Sociais, [S.l.], v. 5, n. 2, p. 353-380, dez. 2006. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/8/1601> . Acesso em: 18 set. 2019.

PÉCZELI, Anna. The Trump Administration’s Nuclear Posture Review: Back to Great Power Competition, Journal for Peace and Nuclear Disarmament, 1:2, 238-255. 2018. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/25751654.2018.1530741> . Acesso em: 10 out. 2019.

PIERCE, Sarah; SELEE, Andrew. Immigration under Trump: A Review of Policy Shifts in the Year Since the Election. Migration Policy Institute - Policy Brief, 1400 16th Street, NW, Suite 300, Washington, DC, 20036, dezembro 2017. Disponível em: <https://www.migrationpolicy.org/sites/default/files/publications/TrumpatOne-final.pdf> . Acesso em: 2 out. 2019.

PRADO, Paola Gonçalves Rangel do. O MULTILATERALISMO E OS EUA: DE CLINTON A OBAMA. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), 2017. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/151932> . Acesso em: 10 out. 2019.

SOPELSA, Tamara. Análise de Discurso: O Governo Donald Trump e a Securitização da Identidade Nacional Norteamericana. 2017. 98 p. Monografia (Bacharel) - Universidade do Vale do Taquari UNIVATES, Lajeado, RS, 2017. Disponível em: <https://www.univates.br/bdu/bitstream/10737/2216/1/2017TamaraSopelsa.pdf> . Acesso em: 15 out. 2019.

SPATAFORA, Giuseppe. The Jacksonian Foundations of Trump's American Foreign Policy. OXPOL - The Oxford University Politics Blog, 12 jan. 2018. Disponível em: <https://blog.politics.ox.ac.uk/the-jacksonian-foundations-of-trumps-american-foreign-policy/> . Acesso em: 10 out. 2019.

STIGLITZ, Joseph E. Trump and Globalization. Journal of Policy Modeling, New York, USA, p. 1-14, 20 mar. 2018. Disponível em: <<https://academiccommons.columbia.edu/doi/10.7916/d8-fsd6-2634>>. Acesso em: 20 nov. 2019.

STEPHENS, Michael. The Qatar Crisis: The Trump Factor. 2017. Periódico (Bacharel) - The Project on Middle East Political Science (POMEPS), New York, USA, 2017. Disponível em: https://pomeps.org/wp-content/uploads/2017/10/POMEPS_GCC_Qatar-Crisis.pdf#page=13 . Acesso em: 20 nov. 2019.

SUGAHARA, Thiago Yoshiaki Lopes. Terrorismo e insegurança no mundo pós 11 de setembro. 2008. 105 f. Dissertação (mestrado) - UNESP/UNICAMP/PUC-SP, Programa San Tiago Dantas, 2008. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/99847>>. Acesso em: 30 abr. 2019.

THE GUARDIAN. Donald Trump confirms US withdrawal from INF nuclear treaty. 2017. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2019/feb/01/inf-donald-trump-confirms-us-withdrawal-nuclear-treaty> . Acesso em: 15 nov. 2019.

TOLEDO, Sara. As raízes "jacksonianas" e o significado sociológico do trumpismo. Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais-IPPRI, da Universidade Estadual Paulista-UNESP, [S. l.], p. 0-1, 30 mar. 2017. Disponível em: <https://neai-unesp.org/as-raizes-jacksonianas-e-o-significado-sociologico-do-trumpismo/> . Acesso em: 10 set. 2019.

VIEIRA, Danilo Porfírio de Castro. Ação universalista norte-americana e o desenvolvimento do terrorismo contemporâneo. 2018. 195 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Sociais, Universidade Estadual Paulista "JÚLIO DE MESQUITA FILHO" Faculdade de Ciências e Letras Campus de Araraquara - SP, Araraquara, 2018. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/153512/vieira_dpc_dr_arafcl.pdf?sequence=5 . Acesso em: 11 out. 2018.

VIGEVANI, Tullo e OLIVEIRA, Marcelo Fernandes de, "A política externa norte-americana em transição: de Clinton a George W. Bush", Política Externa, v. 10, nº 2, set./out./nov. 2001.

WILLIAMS, Michael C. Words, Images, Enemies: Securitization and International Politics. *International Studies Quarterly*, Wales, UK, ed. 47, p. 511-531, 2003. Disponível em: <http://files.janjires.webnode.cz/200000015-c8582c9526/Michael%20Williams%20-%20Securitization%20and%20International%20Politics.pdf> . Acesso em: 16 out. 2019.

VESTEINSSON, Kian. What If They're All Terrorists?: The Securitization of Muslims in Post-9/11 Immigration Policy. *Claremont Colleges*, [S. l.], p. 1-54, 2017. Disponível em: https://scholarship.claremont.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1184&context=pomona_theses . Acesso em: 20 nov. 2019.

VINHA, Luis Miguel da. A vitória eleitoral de Donald Trump: uma análise de disfunção institucional. *Rev. Sociol. Polit.*, Curitiba, v. 26, n. 66, p. 7-30, June 2018 . Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782018000200007&lng=en&nrm=iso . Acesso em: 01 nov. 2019.

Universidade Católica de Petrópolis
Centro de Teologia e Humanidade
Rua Benjamin Constant, 213 – Centro – Petrópolis
Tel: (24) 2244-4000
lexhumana@ucp.br
<http://seer.ucp.br/seer/index.php?journal=LexHumana>



PORFÍRIO DE CASTRO VIEIRA, Danilo; MIRANDA, Rafael Rodrigues. DIMENSÕES DA TRADIÇÃO JACKSONIANA NO GOVERNO TRUMP NO ORIENTE MÉDIO. *Lex Humana*, v. 13, n. 1, p. 22-48, mai. 2021. ISSN 2175-0947. Disponível em: <http://seer.ucp.br/seer/index.php/LexHumana/article/view/2075>.
